



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES EM CARGOS NA GESTÃO PÚBLICA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Eixo Temático 1: Gestão e Políticas Públicas - organizações, tecnologia e desigualdades

Renata Vieira Albernás
Universidade Federal Rural da Amazônia

Beatriz Corrêa de Almeida
Universidade da Amazônia

Fabício Noura Gomes
Universidade da Amazônia

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a participação feminina em cargos públicos em um município na Amazônia legal. Especificamente, busca analisar a ocupação de cargos públicos nas secretarias e na câmara de vereadores do município de Tomé-Açu/PA, verificando se há paridade entre os gêneros, observando as dificuldades enfrentadas por elas no exercício do cargo público, no período de 2021 a 2022. Na luta das mulheres por equidade, a representatividade no poder público sempre foi de suma importância, dada a necessidade histórica de políticas públicas mais equitativas. A disparidade de representação feminina é visível na administração pública, quer seja por contratações, quer seja através de concurso público, voto direto ou mesmo em cargos de confiança. Na câmara como na Prefeitura, apenas poucos são os espaços chefiados por mulheres, o que já indicaria diferenciação quanto a igualdade numérica na ocupação de cargos públicos entre mulheres e homens. Essa pesquisa é um estudo de caso, do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, com dados colhidos no portal da transparência de cada secretaria municipal. A pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas junto com as secretárias e as vereadoras. Os resultados apontam a existência de 11,53% de disparidade nos cargos, bem como os relatos de busca por reconhecimento profissional. Neste sentido, a aparência é que a mulher precisa ser muito mais qualificada que um homem na mesma posição. Na câmara de vereadores, verificou-se tramitação recente de um único projeto de lei visando a defesa da mulher, embora este seja de autoria da Procuradoria Geral da Mulher (PGM) no município.

Palavras-chave: gestão pública; equidade; representatividade das mulheres.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



1. INTRODUÇÃO

Durante o primeiro regime do Talibã no Afeganistão (1996-2001), a grande maioria das mulheres e meninas foram privadas de educação e emprego. A burca era obrigatória nas ruas e as mulheres não podiam se locomover sem um acompanhante do sexo masculino, geralmente, um homem de sua família (PINOTTI, 2021).

No Brasil, houve avanços no governo Lula com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, cujo foi um marco indubitavelmente importante nesse processo de igualdade de gênero e conquistas da mulher por mais espaço social. Em contrapartida a este cenário, ocorreu no segundo mandato da Presidenta Dilma Rouseff perdas irreparáveis, pois a SPN enfrentou instabilidade institucional foi integrada ao Ministério das mulheres, igualdade racial e direitos humanos.

Nos estudos de Panke e Junior (2022) na atual conjuntura, a sociedade tem apresentado transformações significativas, evidenciando que a participação feminina em cargos de confiança na esfera pública e política tem aumentado ao longo dos anos e vem transformando a sociedade. Torna-se evidente, portanto, que a participação feminina na gestão pública é essencial, seja como conquista no mercado de trabalho ou até mesmo para a concessão de direitos à classe feminina.

Até a década de 1920 a mulher não tinha nenhum direito frente a gestão pública, somente tinham trabalhos em empresas realizando atividades que na época se dizia destinada a mulheres. Porém, em 1920 veio a primeira conquista das mulheres brasileiras, quanto aos cargos públicos por meio de concursos (COSTA *et al.*, 2019). Porém, pode-se perceber que ainda hoje há disparidade de sexo dentro dos cargos de liderança (VIANA; TOKARSKI, 2019).

A partir da análise da disparidade de gênero de todos os acontecimentos até aqui elencados, surgiu o interesse de investigar a realidade do município de Tomé-Açu/PA, quanto a participação feminina nas esferas de gestão e do serviço público.

Tendo como intuito de entender a organização dos cargos da alta gestão e de como as mulheres da cidade estão representadas na atual gestão municipal, através da atuação no serviço público, obteve-se o interesse de estudar o tema. Neste sentido, cabe-se questionar, em que medida a participação feminina em cargos de gestão pública e/ou no serviço público, no município de Tomé-Açu/PA, implicam lutas constantes por reconhecimento das mulheres diante do corpo político e sociedade?

O presente estudo tem como objetivo analisar a participação feminina em cargos de gestão no âmbito público municipal nas Secretarias do município de Tomé-Açu e na Câmara Municipal. Além de verificar se há paridade entre os gêneros e analisar as dificuldades enfrentadas por elas no exercício do cargo público, no período de 2021 a 2022.

Metodologicamente, o estudo utilizou método de pesquisa qualitativo de Oliveira (2011) e Malhotra (2001), para auxiliar na compreensão dos conceitos de liderança e histórico da gestão feminina. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, de

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



abordagem qualitativa, com utilização de técnica de questionário e amparada no método de história oral como proposto por (MEIHY; HOLANDA, 2013). Os resultados foram expressos na forma de transcrição de entrevistas dentre outras formas de coleta de dados e informações, observados como base por autores como Lakatos e Marconi (2003), a partir do escopo debatido nessa pesquisa.

A coleta de dados se deu a partir de duas etapas, inicialmente a pesquisa teve como fonte de coletas de dados o Portal da Transparência da prefeitura municipal de Tomé-Açu, com o objetivo de identificar quais as secretarias existentes neste município e quais são ocupadas por mulheres na atual gestão. Outra fonte utilizada foi a lista disponibilizada pela câmara de vereadores, com os nomes de todos os vereadores ativos no município, já que as informações não constam no portal da transparência.

A partir da identificação de quais pastas são ocupadas por mulheres, foi aplicado para as duas secretárias, um questionário com perguntas abertas, dividido em dois blocos, sendo um para obtenção de informações pessoais e o outro para sondagem acerca de sua atuação enquanto agente público. Os questionários de perguntas semiestruturadas foram analisados a luz do fenômeno que se desenha na história quanto a lutas das mulheres por mais espaço e protagonismo nos ambientes de gestão e de poder público, visando demonstrar uma espécie de “estado da arte” das lutas das mulheres na realidade local, em Tomé-Açu, estado do Pará.

2. MULHERES: A GESTÃO PÚBLICA E A POLÍTICA

Ao se tratar de lutas de mulheres, quanto as lutas e desejos de conquistas, Nísia Floresta se destaca, no que diz respeito a garantia de direitos para mulheres, como na política, que é uma das representações mais importantes (JOTA; DE MEDEIROS NETA; DE MEDEIROS, 2020). Na política sempre foi vista como um espaço majoritariamente masculino e ter mulheres nesse âmbito governamental é imprescindível na garantia de direitos fundamentais (RIBEIRO, 2018).

Embora a classe feminina tenha conquistado o direito constitucional de votar e ser votada, a presença da mulher em espaços como na Câmara e Senado federais, foi inexpressiva até a redemocratização dos anos 1988 e perpetua até o cenário atual, com grave sub-representação (COUTO, 2012; DE MATOS; DE CARVALHO, 2021).

Na mesma linha de pensamento De Matos e De Carvalho (2021), afirmam que, apesar do aumento significativo das mulheres em cargos políticos ao longo dos anos a partir de 1988, ainda existe muito para avançar. O expressivo aumento de 54% de mulheres eleitas em 2018, em relação ao ano de 2014, é uma “maquiagem” da realidade, já que, ainda, representam um percentual menor em comparativo ao número de homens que ocupam os mesmos cargos, 31,6%, no total de cargos eleitos (BRASIL, 2019).

Kursawa (2003), afirma que para se ter uma real democracia deve-se manter o número de mulheres e homens paritários na política, se não metade da população deixará de ser representada. Já Santos e Porcaro (2020), observam que para aumentar a

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



participação de mulheres na democracia e nos espaços de debates sócio-políticos, os partidos deveriam diminuir a resistência de alguns partidários mais conservadores a participação das mulheres, para aumentar a representatividade e igualdade de gênero na política.

2.1 A estrutura da violência contra mulheres na política

Ao observar a história, a luta das mulheres por seu reconhecimento como seres politizados e prontas para os debates da *res*-pública, remonta períodos históricos aristotélicos que, no âmbito político, os espaços eram divididos em *pólis*, a cidade-estado, e *Óikos*, o território de casa. O primeiro era reservado a classe dominante, majoritariamente aos homens, e o segundo era reservado, também de forma majoritária, às mulheres, aos escravos e aos animais (TIBURI, 2019).

A violência de gênero estrutura-se desde a constituição da sociedade ateniense, onde iniciou-se a segregação dos espaços sociais tido como âmbito da classe dominante, ou seja, ao sexo masculino, bem como os espaços destinados ao sexo feminino, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política (STELLA, 2007). Para Tiburi (2019) a segregação de gênero tem suas raízes na história desde os debates gregos quanto aos espaços na *res*-pública.

Para Beskow (2017), sociedades patriarcais tem, em suma, total protagonismo dos homens nos ambientes de tomadas de decisão, quer sejam na gestão, nos conflitos, nas finanças, ou qualquer outro espaço que seja dominante. Para as mulheres, a busca por novos espaços não é meramente visando reconhecimento de identidade, mas sim buscar por ressignificar o conceito de humanidade na luta por novos âmbitos sociais sendo inerente a coexistência e representatividade (RIBEIRO, 2018).

Contudo, o destaque deste estudo é a violência de gênero na política tendo uma visibilidade maior na atualidade com o maior envolvimento da mulher nas esferas públicas. Essa violência vem sendo alvo de percepção de pesquisadoras e movimentos feministas preocupados com a atual situação no cenário político. Como aponta Heise (1994):

(...) que apresenta uma relação dos pontos que resumem qualitativamente sua análise concluindo que: As mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas. A violência de gênero ocorre em todos os grupos socioeconômicos.

De acordo com o autor Di Eugenio (2020), vê-se que na luta das mulheres pelo seu espaço, também existem perdas irreparáveis, como o assassinato da vereadora e ativista brasileira Marielle Franco (PSOL) em 2018. A aparente essa dicotomia entre possibilidades de liberdade e preconceito, ódio, assédio e discriminação, a violência

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



política por gênero, tem afastado mulheres dos espaços de decisão e poder (D'ÁVILA, 2021).

No Brasil, as eleições presidenciais de 2022 foram marcadas de ataques misóginos às candidatas, principalmente através da internet, evidenciando como a violência política contra mulheres que se espalha pela rede é sexista (DAMASCENO, 2022). O contexto, evidencia que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção social e cultural (ROCHA FILHO; FERREIRA; CORDEIRO, 2022). A representatividade feminina é essencial para que se consiga ter na política uma democracia mais eficiente e de fato represente o interesse das mulheres que são a maioria na população do Brasil (D'ÁVILA, 2021; DAMASCENO, 2022).

2.2 Machismo Estrutural como possível vetor da violência contra mulher na política

A cultura da misoginia reflete a não participação de mulheres nos lugares de poder, isto possui na sua natureza a influência do machismo estrutural. Refletindo a invisibilidade da classe feminina nos espaços públicos. (BEAUVOIR, 2016). O machismo somado ao racismo são elementos estruturantes da sociedade brasileira, basta verificar as desigualdades salariais entre homens e mulheres (RIBEIRO, 2018; TIBURI, 2019). Sales (2022) observa que as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro, isso significa que são maior parte dos eleitores, portanto, são quem decidem a escolha dos governantes e legisladores do país. Entretanto, são minoria nos cargos de representações.

Atualmente, a cidade de Palmas (TO) é a única capital comandada por uma prefeita no Brasil. Cinthia Ribeiro ganhou destaque em jornais, não por ser a única mulher a gerenciar uma capital, mas sim pela falta de direitos. Durante seu mandato engravidou e não pode ter licença maternidade, afinal não consta na Lei Orgânica de Palmas o direito a licença maternidade que respalde a chefe do poder executivo pelo seu afastamento. Como não pode ausentar-se do cargo a mesma reservou uma sala no prédio da prefeitura e improvisou um quarto para seu filho (G1, 2022).

Figura 1 – Quarto improvisado na prefeitura.



Fonte: Rede Pará, (2022)

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Observando o caso a prefeita que não pode ter sua licença assistida, fica bastante evidente, que as reivindicações feministas por políticas públicas e direitos enfrentam resistência de grupos conservadores e ainda resvalam em tradições patriarcais sedimentadas nas instituições, incluindo organizações estatais (BANDEIRA, 2005; MARCONDES, 2019).

Governos progressistas tendem a ser mais receptivos a essas pautas, ainda que de forma limitada, ambígua e contraditória (TREVISAN, 2018). Foi o que ocorreu na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível federal (2003-2016), na qual as políticas para as mulheres adotaram a transversalidade de gênero como estratégia (BANDEIRA, 2005).

2.3 Feminismo: uma possibilidade de proteção aos direitos da mulher

De acordo com Scott (2002), o principal paradoxo do argumento feminista tem sido a tentativa de remover a diferença sexual da política, apesar do fato de que a diferença sexual é um componente da definição básica de mulher. Por um lado, a questão da diferença está presente ao longo da história do feminismo como algo a ser problematizado e afirmado; por outro lado, a ênfase está na política democrática moderna, que equiparou individualidade e masculinidade (DA SILVA; NASCIMENTO; CARDOSO 2022).

Nesse sentido, a afirmação da visibilidade do sujeito feminino tem sido crucial para a articulação de um conjunto de direitos que, sem as lutas feministas, não teriam se posicionado na agenda pública (COUTO, 2021; CAVALCANTI, 2021; PANKE; JUNIOR, 2022). Nesse caso, diversos grupos, incluindo homens, negros, pessoas com deficiência, gays, lésbicas, travestis/transsexuais, entre outros, articulam seus direitos e legitimidade na esfera política.

Ao estabelecer as mulheres como sujeitos políticos no processo de transformação social, houve mudanças significativas a forma como as relações de gênero são percebidas. Esta é, sem dúvida, uma contribuição histórica do movimento de mulheres como um todo, pois a construção desse sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, dando às mulheres a oportunidade de escapar de seus papéis de vítimas ou protegidas (PANKE; JUNIOR, 2022).

A distinção da realidade social, do período histórico e se ele compõe a substância do fenômeno estão incluídos na universalidade. Embora a universalidade englobe todas as pessoas, não é o mesmo que igualdade. O princípio da universalidade dos direitos “[...] só pode ser realizado se correspondem à diversidade e pluralidade de experiências de opressão e injustiça” (VARIKAS, 2009, p. 270).

A noção de política para mulheres ignora os desenvolvimentos nos estudos de gênero quando introduz um ponto de vista relacional e de poder como uma identidade histórica, cultural e não fixa (SCOTT, 2002). Essa mudança na direção da política exigiria um deslocamento das condições de ação, envolvendo de forma mais sofisticada o

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



conjunto de disparidades percebidas do ponto de vista das relações de gênero (SALES, 2022)

Lavinas (1996) defende o desenvolvimento de políticas de gênero que interfiram nos processos de reprodução social e na divisão sexual do trabalho entre atividade doméstica e pública porque:

“[...] é neste campo de antagonismos entre os sexos que se define o maior ou menor grau potencial de atividade remunerada das mulheres, e, em consequência disso, que se define igualmente o leque real de oportunidades que se colocam em termos de ocupação e emprego para elas.” (LAVINAS, 1996, p. 479).

Todo o tecido social deve ser coberto por políticas de gênero para combater todas as discriminações baseadas no sexo, que, como mostra-se, não se limitam a um determinado grupo social. Essas são inconsistências que exigem uma solução abrangente. As políticas de combate à pobreza, nas quais a falta de renda é o fator central, não devem diferenciar níveis de carência, hierarquização da penúria ou miséria, ainda que isso represente o restabelecimento dos papéis sexuais (SETENTA; SASKYA, 2022).

Compreender o processo de mobilização das mulheres (empoderamento) e como ele se relaciona com o crescimento e fortalecimento de suas redes sociais (capital social) é intrigante. Também é necessário saber como usa-se os recursos para estimular conversas e compromissos a fim de desenvolver uma agenda política relacionada a gênero (SILVA, 2023).

2.4 Desafios do movimento feminista para equidade de gênero nos espaços democráticos e políticos no Brasil

As mulheres há muito tempo enfrentam resistência na esfera política. Para o desenvolvimento da democracia, a ausência de mulheres nos espaços públicos de decisão representa um grande desafio. (ROCHA; SALES; FERREIRA, 2020). Por isso, apesar de as mulheres constituírem mais de metade da população, a sua representação nos órgãos representativos está longe de ser igual à dos homens (PINHEIRO, 2007; SALES, 2022).

De acordo com o Global Gender Gap Report (2021) do Fórum Econômico Mundial, entre 156 nações examinadas, o Brasil ocupa a 93ª posição em termos de igualdade de gênero. A nação está classificada em 108º lugar no mundo. Como resultado, o Brasil tem uma das menores representações de mulheres na política global, ficando atrás de praticamente toda a América Latina. É óbvio que o aspecto do empoderamento político representa um dos maiores obstáculos à igualdade de gênero (BRITO, 2023).

As especificidades de grupos minoritários, como as mulheres, são obliteradas quando se diz que todos são, em tese, livres e iguais em direitos e obrigações (LORDE, 2019). Isso torna desafiador advogar por políticas adequadas para sua inclusão social.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Assim, embora haja igualdade nominal perante a lei, a igualdade material real ainda esteja longe de ser alcançada (COSTA, 2021). Cabe destacar que a política de cotas não se fundamenta na noção de que as mulheres possuem uma distinção moral que as torne mais dedicadas ou que todas as mulheres tenham os mesmos interesses, pois também não há uma consciência feminina universal (SALES; DE AGUIAR; BEZERRA, 2023).

As mulheres existem no plural e são muito variadas, incluindo brancas, negras, lésbicas, ricas, empobrecidas, isoladas, indígenas etc. A inclusão das mulheres na política é essencial devido à forma como a sociedade está configurada (SALES, 2022; CORONEL, DA SILVA, FERNANDES, 2022).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Evidencia-se a representatividade feminina na gestão pública de Tomé-Açu, onde o poder ainda é predominantemente masculino na Câmara municipal, já nas secretarias há uma equivalência entre os gêneros. Do total de 13 secretarias, 5 são comandadas por mulheres, quanto no poder legislativo essa representação é menor ainda comparado a atuação masculina, do total de 14 vereadores na câmara municipal, 4 são vereadoras contra 10 homens.

Segundo os dados acima, a classe feminina ainda possui baixa adesão ao envolvimento na política, com forte preconceito, pelo fato de serem mulheres e atuarem frente as secretarias que são cargos estratégicos e participar das tomadas de decisão. Estes protagonismos são vistos, ainda hoje, como cargos destinados ao sexo masculino, possuindo claras características da sociedade patriarcal (BESKOW, 2017).

Essa constatação, demonstrado nos dados do Gráfico 2, é uma grave prova que existe a mal interpretação de empoderamento feminino (DJAMILA, 2018). O termo é interpretado de forma equivocada, quando existe a individualização da participação feminina em ambientes públicos, que criam uma “maquiagem”, justamente para se manter o poder dominante sobre as mulheres, como nas fraudes eleitorais, praticadas por partidos conservadores (SCOTT, 2005; SALES; DE AGUIAR; BEZERRA, 2023).

Segundo as entrevistadas, ao serem questionadas se possuem autonomia financeira e gerencial em sua gestão, foi unanime a resposta “orçamentária não, gerencial sim”. As respostas das entrevistadas explicam por qual motivo, nunca se teve uma mulher frente a gestão da secretaria de finanças do município. Sendo uma ideologia da sociedade patriarcal de que o homem tem a função de cuidar das finanças e ser responsável dinheiro e a mulher como responsável de cuidar do lar e dos filhos e este pensamento perpetua até os dias atuais (BESKOW, 2017).

Observou-se, ausência de descentralização dos recursos para atividades específicas nas secretarias como Saúde, Educação e Assistência Social, o que pode ser uma forte característica de dominação, quanto autonomia nas decisões, como uma secretária de executivo, em tese, teria.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



“Na minha gestão como secretária, não vejo ter autonomia financeira, já gerencial depende das demandas.” (S1).

“Nem sei o que dizer quanto a autonomia orçamentária, mas acredito que nem tanto, pois precisamos respeitar níveis hierárquicos, já autonomia gerencial sim”. (S2).

Levando em consideração a autonomia financeira, as portarias de emendas parlamentares que chegam a Secretaria de Saúde especificamente já possuem destino pra aquisição, seja de materiais custeio ou de investimentos.

Portanto, apesar de assumirem um cargo de liderança, dependem das tomadas de decisão do gestor maior, no caso o prefeito do município. O que se torna preocupante, pois não possuem autonomia para definirem verbas destinadas a projetos de suas competências, característicos de certas áreas já descentralizadas pelos governos.

“Sinto a minha opinião valorizada em reuniões que tenham homens, a depender da pauta, quando a temática é assuntos mais técnicos sinto minhas opiniões mais ouvidas. Porém, quando se trata de assuntos mais práticos há uma maior resistência” (S1).

“Quando manifesto minha opinião, sou ouvida, mais sinto que preciso me articular nos argumentos para impor minha opinião sobre determinada temática”. (S2).

Os depoimentos demonstram forte predominância do patriarcado (BESKOW, 2017). Para Tiburi (2018), o lugar de fala é um espaço onde aborda o diálogo da fala e da escuta e quando a mulher luta por esse espaço, está buscando representatividade e por seus direitos como mulher e trabalhadora da sociedade.

“É a primeira vez que atuo em um cargo de liderança deste porte (S1).

“Já atuei frente a direção do Hospital Municipal (HMTA), Unidade Pronto Atendimento – UPA, como coordenadora do Polo Indígena de Tomé-Açu. Contudo, é a primeira vez que estou à frente de um cargo de alta hierarquia”. (S2)

“Na minha visão, precisamos sim nos articular muito mais e termos nossa reputação ilibada, senão, apelam sempre para questões morais e pessoais da vida fora do ambiente de trabalho”. (S1).

“Sim! Para termos um alcance nos cargos de liderança, as mulheres precisam de um estudo mais aperfeiçoado, com nível de escolaridade superior, para ocupar um cargo deste porte”. (S2).

Nas palavras da entrevistada, a sensação é que mulheres sempre precisam ter um grau de escolaridade superior a mais que os homens para assumir um cargo de nível

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



estratégico, onde sua conduta social e idoneidade moral sempre se sobrepõe ao seu estudo e competência para assumir a função, uma forte convicção do patriarcalismo dominante, presente na luta das mulheres por espaços (BESKOW, 2017; TIBURI, 2018).

“Acredito não possuir liberdade de vestimenta e conduta no trabalho e fora dele também. Nas atividades laborais principalmente, nós mulheres temos que estar sempre atenta ao que vamos vestir e fora dele também, pois ocupamos cargos públicos”. (S1).

“Sim, porém ter bom senso para preservar a imagem e conduta pública. (S2).

“O que leva a participação da mulher ser baixa em cargos públicos é reflexo da baixa atuação feminina na política, o preconceito por ser mulher e estar em posição de comando de gestão e tomada de decisão, muitas vezes das próprias mulheres entre si. Falta ainda para muitos o entendimento estratégico sobre o assunto e a importância da voz feminina nos espaços e esferas de poder”. (S1).

“A baixa atuação da mulher nos espaços públicos de poder é reflexo da baixa participação no âmbito político”. (S2).

As entrevistas demonstram uma constatação quanto aos espaços da mulher em ambientes de gestão e poder público, sendo necessário abrir mais espaços às mulheres, pois a liderança feminina possui um perfil único com vários aspectos próprios da mulher, uma sensibilidade maior, uma maior capacidade analítica, uma maneira diferente de gerir e a capacidade de não se deixar influenciar (KURZAWA, 2003; MONTEIRO, 2015).

Apesar da atuação feminina ter conquistado cada vez mais espaço no setor público, evidências indicam que, apesar das lutas, conquistas e avanços, a participação da mulher em cargos de poder ainda é precária (KURZAWA, 2003; MONTEIRO, 2015). Os dados das entrevistas, indicam que é uma clara constatação na gestão pública de Tomé-Açu, em que muito se precisa avançar na gestão e no poder público, com atuação e protagonismo feminino.

Um estudo feito por Santana (2021), que fez o levantamento histórico da câmara de vereadores e de quantas mulheres, desde então, tiveram a oportunidade de atuar como vereadoras no município. Desde o primeiro ano de pleito eleitoral em 1959 até 2020 foram eleitos 106 homens para vereadores, e somente 13 mulheres para o mesmo cargo. A disparidade ainda é grande havendo poucos avanços, porém significativos.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Figura 2 – Câmara de vereadores municipal de Tomé-Açu.



Fonte: Câmara de vereadores municipal de Tomé- Açu, (2021)

Analisando a composição da câmara de vereadores em 2022 no município, é notória a disparidade entre homens e mulheres. A câmara possui 14 vereadores, destes sendo somente 4 mulheres. Dentre as 4 vereadoras foi aplicado um questionário para 2 com a finalidade de entender quais projetos e propostas são defendidos por elas e como elas sentem o olhar da sociedade e dos companheiros de trabalho perante elas. Segundo as entrevistadas a mulher ainda não é bem-vista para se eleger ao cargo de vereadora na cidade, há um certo preconceito da população.

“Somos levadas a sério sim, só que a gente sabe que ainda há um olhar diferente, quanto a mulher na política. Mas isso aos poucos a gente vai vencendo, lutando e assim que é a política” (V1).

“Sim. Por vezes sempre o respeito prevalece dependendo da situação em que você se encontra no momento, porém, sempre encontramos ainda os preconceituosos que não votam em mulher, os maridos que não deixam as esposas se candidatarem e pessoas que confundem gentileza com “liberdade”. (V2)

No artigo feito por Santana (2021) com questionário aplicado a ex-vereadoras uma das entrevistadas salientou a questão da dificuldade de se eleger justamente por ser mulher e que há um preconceito onde exclui as mulheres do papel da política. O que corrobora com a resposta da V2 onde ela diz que tanto tem eleitores que escolhem não votar em mulheres e homens que não deixam suas esposas participarem da política de forma ativa.

O gênero dos representantes políticos é influenciado pelos aspectos e temáticas que são priorizados nas formações de políticas públicas (GRANT, 2018). E por conta



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



disto foi analisada a composição do espectro político partidário dos representantes da câmara municipal de Tomé-Açu, a fim de entender quais ideologias eles defendem.

É importante saber os partidos eleitos no município, para compreender os pensamentos políticos dos vereadores e até mesmo da população que os elegeram. Sendo 42,85% dos assentos são compostos por partidos conservadores. Estes entendidos como de direita, duas das quatro vereadoras são de partidos conservadores levando a pauta do feminismo liberal, como observado por Arruzza (2019), que define esse estilo de feminismo como um movimento falido, e que visa a questão financeira, deixando de lado o conjunto feminino e toda a sua diversidade de dificuldades para ingresso no mercado de trabalho.

Os 28,57% são constituídos por partidos com pensamentos progressistas, partidos estes que se definem de esquerda, não há nenhuma mulher na câmara de vereadores municipal que compõe um partido progressista. O que é um tanto preocupante para o avanço de pautas feministas. Os partidos progressistas levam em suas teses o feminismo marxista. Arruzza (2019) destaca que este estilo de feminismo defende o fim da sociedade de classes, pois só assim será possível acabar com a desigualdade de gênero. O feminismo marxista também agrega a diversidade de lutas femininas.

Os outros 28,57% são compostos por partidos neutros, os que não se denominam nem de direita nem de esquerda, sendo partidos de centro. Nesta composição há duas vereadoras eleitas. Os partidos de centro se colocam de forma imparcial em muitas decisões. O caminho do candidato- centrismo é tomado por não se pautar em movimentos e ideias extremos ou radicais (PIERUCCI, 1987).

As entrevistadas foram questionadas se há projetos de leis aprovados ou em andamento na câmara de vereadores na atual gestão, e se para além dos projetos da câmara elas compõem algum tipo de movimento que visa o fim dessa desigualdade.

Sim, na gestão de 2021 as vereadoras criaram um projeto da procuradoria especial da Mulher, onde através desse projeto podemos nos defender, e trazer pautas voltadas às mulheres do nosso município (V1).

Ainda não tivemos nenhum movimento voltado para essas questões (V1).

Sim. A Procuradoria Especial da Mulher que visa receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher, além de fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual e municipal que visem a promoção da igualdade de gênero, além de implantação de campanhas educativas e antidiscriminatórias. Este projeto partiu da união da Bancada Feminina da Câmara Municipal de Tomé-Açu. (V2).

Somente da Procuradoria Especial da Mulher que foi criada na Câmara, ainda não conseguimos expandir, porém estamos trabalhando para colocar várias programações em prática. (V2).

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Além de serem vereadoras, nenhuma das entrevistadas participam de movimentos feminista e referente aos projetos da câmara foi citado somente um, o da Procuradoria Geral da Mulher aprovado em 2021, cujo visa a proteção da mulher e promove campanhas educativas.

Essa pouca preocupação com as pautas feministas pode ser compreendida pela composição do espectro da câmara, tanto por ser composta em sua maioria por homens e as mulheres que representam a população não levarem em pauta o feminismo marxista. Questionadas se elas são respeitadas e se suas ideias e propostas são consideradas nas reuniões, de forma unânime foi dito que sim.

“Sim, sempre somos respeitadas” (V1).

“Sim. O respeito prevalece entre os EDIS, porém a câmara como um todo ainda estão se adaptando com mais mulheres no poder. Na história do município é a primeira vez que se elege 4 mulheres em um mandato”.
(V2).

Porém, mesmo com mulheres em poder de levantar questões dentro de um órgão municipal, foi observado que há baixa representatividade da luta por equidade e direitos da mulher no município, já que na atual gestão somente um projeto foi aprovado e nenhuma das entrevistadas diz participar de movimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a participação feminina no âmbito público. Além disso, buscar entender as principais dificuldades enfrentadas por elas e saber se há projetos municipais que buscam garantir o empoderamento da mulher no âmbito público, no município de Tomé-Açu/PA. Pelos relatos apresentados teve-se a conclusão de que nas secretarias municipais há uma certa equivalência entre os gêneros, mas com fortes evidências de subserviência das mulheres, mesmo em cargos importantes.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres demonstram que, apesar das conquistas e avanços na atuação do serviço público, o pensamento patriarcal ainda é bem nítido e evidente, quanto às tomadas de decisão. Ficou claro, a ausência de autonomia orçamentária, principalmente, para atuar no labor de suas atividades nas secretarias de governo. Em relação ao poder legislativo, há o preconceito da mulher que atua na política, tanto dos municípios, quanto dos próprios colegas. Pois, apesar de haver o respeito, muitos ainda confundem gentileza com liberdade.

Notou-se que ainda é pouco abordada a questão de projetos para aumentar a equidade entre homens e mulheres no município, o projeto da Procuradoria Geral da Mulher visa somente o amparo dessa mulher após uma agressão, o que pode ser um

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROCURADORIA
GERAL DA REPÚBLICA
E PROTEÇÃO
DO CONSUMIDOR



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



avanço. Porém, em um ambiente que se tem quatro vereadoras, e não ter mais propostas na câmara mostra a falta do olhar feminista no ambiente legislativo.

As entrevistadas mostraram certo receio para prestar as informações, foi percebido que elas ponderaram em suas respostas, tanto que, foi solicitado entrevistas com todas as vereadoras e somente duas responderam. E da parte das secretarias houve retorno somente de duas secretárias que, por sua vez, só responderam com a garantia de que seus nomes não seriam divulgados.

Por fim, o estudo tomou somente como base a gestão municipal de Tomé-Açu. Sugere-se para futuras pesquisas ocorra o aprofundamento na abordagem da temática, tanto na esfera municipal, estadual e federal. Pois o assunto ainda é pouco abordado, e só haverá avanços na temática por meio do confronto de ideias, visando aprofundar os estudos da atuação feminina na gestão pública.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. In: Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi ; Fraser, Nancy; tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

BANDEIRA, L. M. **Fortalecimento da SPM: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília, DF: Cepal, SPM. 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. - 3. ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BESKOW, Daniela Alvares. Características da dominação no patriarcado. **Caderno de Textos Palavra e Meia**, Campinas, v. 1, 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. Tribunal Superior Eleitoral, 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-demulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em 29. mar. 2023.

BRITO, José Valmi. **Acesso à justiça: democracia e desenvolvimento**. Editora Dialética, 2023.

CAVALCANTI, M. **A participação feminina na política: as representações sociais das mulheres nos cargos políticos da cidade de Monte Horebe, Paraíba (1983-2016)**. 2021.

CORONEL, Renata Cristiane Martins; DA SILVA, Iracema Cristina Fernandes; FERNANDES, Terezinha Fernandes. (CIBER) ATIVISMOS E LUGARES DE

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



EXISTÊNCIA SOCIAL: VOZES PLURAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 6, n. 2, p. 19-40, 2022.

COSTA, G. **Simone de Beauvoir e o Feminismo Existencialista**: Contribuições Para A Filosofia Do Direito. 2021.

COSTA, L. *et al.* **Gestão, gênero e preconceito**: as experiências e desafios vivenciadas por mulheres na atual gestão pública de Santana do Livramento/RS. 2019.

COUTO, K. **Mulheres no poder**: Barreiras e desafios para a visibilidade feminina nas organizações. 2021.

COUTO. **Mulheres E Política**: Percepções E Atuação Política Das Vereadoras De Campos Dos Goytacazes. 2012, TCC, Pós-graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, 2012.

D'ÁVILA, M. **A violência política de gênero**. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/manuela-davila-a-violencia-politica-de-genero/>> Acesso em: 9 de nov. 2022

DA SILVA, Adriana Benedita Azevedo; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. A (Sub) Representação de Mulheres na Política Brasileira: entre lutas e conquistas. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 21, p. 15-32, 2022.

DAMASCENO, E. **Basta ser mulher para sofre violência política**. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/basta-ser-mulher-para-sofrer-violencia-politica-avalia-candidata-a-vice-presidencia-mara-gabrilli/>>. Acesso em: 05 nov. 2022

DE MATOS, Beatriz Pereira; DE CARVALHO, Érica Rios. A sub-representação feminina na câmara federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade. **Revista Territorialidades**, v. 1, n. 2, p. 99-117, 2021.

DI EUGENIO, Alessia. Marielle Franco fiorisce in tutti noi. Um olhar italiano sobre a herança das lutas de Marielle Franco (e muitas outras). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 284-294, 2020

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2022.

G1. Sem direito a licença-maternidade, prefeita de Palmas improvisa quarto para seu filho na prefeitura. Disponível em <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/10/sem-direito-a-licenca-maternidade->

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



[prefeita-de-palmas-improvisa-quarto-para-o-filho-na-prefeitura.ghtml](#)>, acesso em 8 mar ,2022.

GRANT, I. et al. Historic sex-ratio imbalances predict female participation in the market for politicians. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 156, p. 144-165, 2018.

HEISE, L. et al. **Violence against women: the hidden health burden**. Washington, DC: World Bank, 1994.

JOTA, Alcydet Andreza Pereira; DE MEDEIROS NETA, Olivia Moraes; DE MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira. Nísia Floresta e a educação feminina no Brasil (Século XIX). **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2020.

JUNIOR, G, A. **Terceira onda feminista**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/terceira-onda-feminista/>> Acesso em 04 nov. 2022

KURZAWA, Luciane Lima Peres. **O Papel da Mulher na Gestão Pública**. 2003. Disponível em: <<http://arq.sefaz.ms.gov.br/age/artigostec/artigoLuciane.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

LAKATOS, E; MARCONI, M. **FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA CIENTÍFICA**. São Paulo: Ed 5, editora Atlas, 2003.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 464-479, ago./dez. 1996.

LORDE, A. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; Farah, M. F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 2, 36-62. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2013.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



MONTEIRO, Helena Maria Diu Raposo. **Mulher, trabalho e identidade**: Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

NASCIMENTO, M. **Mulheres no poder**: um estudo sobre a participação das mulheres nas secretarias do município de Sumé-PB. 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

PANKE, Luciana; JUNIOR, Aryovaldo de Castro Azevedo. Mulheres na política: de coadjuvantes a protagonistas, o papel das vice-prefeitas na Baixada Santista, Brasil. **Más poder local**, n. 48, p. 44-65, 2022.

_____. Mulheres na política: de coadjuvantes a protagonistas, o papel das vice-prefeitas na Baixada Santista, Brasil. **Más poder local**, n. 48, p. 44-65, 2022.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Revista Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, v. 19, p. 26-45, 1987

PINHEIRO, L. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINOTTI, F. **Volta do Talibã ao poder causa diminuição de direitos das mulheres afegãs**. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/volta-do-taliba-ao-poder-causa-diminuicao-de-direitos-das-mulheres-afegas/>>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** – 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROCHA FILHO, Orlando; FERREIRA, Valkiria Malta Gaia; CORDEIRO, Carla Priscilla Barbosa Santos. Representações sociais no discurso de mulheres em contexto de violência em Arapiraca/AL: desafios e lutas. **Conjecturas**, v. 22, n. 11, p. 79-102, 2022.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes; SALES, Celecina de Maria Veras; FERREIRA, Maria Mary. MULHERES EM MOVIMENTO: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, 2020.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



SALES, Tainah Simões; DE AGUIAR, Ana Cecília Bezerra; NOBRE, Janete Aparecida Rodrigues. **Feminismo, política e democracia: as mulheres e os caminhos de poder.** Editora Dialética, 2023.

SALES, Tainah. A HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL DE GÊNEROS REFLETIDA NOS CARGOS OCUPADOS NO ÂMBITO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO: QUE ESPAÇOS SÃO DESTINADOS ÀS MULHERES PARLAMENTARES? In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra.** 2022.

SANTANA. MULHER NA POLÍTICA: A (in) **visibilidade no legislativo do município de Tomé- Açu/PA.** 2021, TCC, Especialização, Linguagem, cultura e formação docente. Tomé- Açu, 2021.

SANTOS, P. P; PORCARO. G. N, **Consulta sobre percentual mínimo de mulheres nos Partidos Políticos, Visibilidade Feminina. 2020.** Disponível em: <<https://visibilidadefeminina.org/noticias/24-consulta-0603816-39-tse>>, acesso em: 29 de outubro de 2022.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e o direito do homem.** Florianópolis: Mulheres, 2002

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 01, Florianópolis, p. 11-30, 2005.

SETENTA, Aline; LOPES, Saskya Miranda. A perspectiva de gênero no Direito brasileiro: Avanços e retrocessos no combate à violência contra a mulher. **Revista Direito e Feminismos**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2022.

SILVA, Evellyn Katiúska de Medeiros. **Círculos de mulheres: espaço de empoderamento e aprendizados.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STELLA R. **Violência contra a mulher adolescente-jovem** – Rio de Janeiro : EdUERJ, 2007.200p

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos.** – 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade (4a ed.).** Rio de Janeiro, RJ: Objetiva. 2018.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



VARIKAS, E. **Universalismo e particularismo**. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. p. 266-271.

VIANA, Rafael Rocha; TOKARSKI, Carolina Pereira. **Burocracia Representativa: uma (re) produção de Desigualdades de Gênero e Raça no Setor Público Federal?** NAU Social, v. 10, n. 19, 2019.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

